

4468  
**Índio quer votar e ser eleito para a Constituinte**

As nações indígenas estão se mobilizando para eleger pelo menos dois representantes da Assembléia Nacional Constituinte nas próximas eleições de novembro. As nações do norte também podem se mobilizar e lançar candidatos

ROSANE GARCIA  
 Da Editoria Nacional

Longe das divergências de gabinetes e dos conflitos particulares de grupos isolados com a Fundação Nacional do Índio, o movimento indígena se lança para uma experiência inédita e audaciosa: eleger representantes à Assembléia Nacional Constituinte. Com o aval das nações indígenas da região Centro-Oeste, os índios Marcos Terena e Idjarruri Karajá se preparam para defender e garantir algumas conquistas dos povos tribais na próxima Constituição. O mesmo objetivo acompanha outro segmento do movimento que lança a proposta do "voto étnico", na região Norte, em especial nos Estados do Acre e Amazonas e no Território de Roraima.

A organização interna das nações indígenas do Norte conduzirá a candidatura e eleição dos representantes indígenas, através dos votos dos próprios índios. Enquanto no passado o voto indígena era direcionado a candidatos brancos, em sua maioria descompromissados com a causa, hoje esse mesmo "voto étnico" define o candidato índio a partir de um consenso tirado nas diversas assembleias indígenas que estão sendo realizadas.

Nas regiões do Solimões e Alto Rio Negro, no Amazonas, as assembleias indígenas homologaram os nomes de Alvaro Tukano para deputado federal, e de Paulo Mendes Tikuna, para deputado estadual. Ambos disputam as eleições pelo Partido dos Trabalhadores. Em Roraima, os Makuxi e Wapixana, realizam uma reunião no próximo dia 2 de maio para definir o representante. Já no Acre, os índios estão em Assembleia, cuja previsão de encerramento é o dia 18, para apontar o candidato. Há indícios de que as comunidades indígenas acreanas fecharão em torno do nome do índio Nawaunawa, Biracy Brasil.

Os representantes da região Centro-Oeste têm seus primeiros passos definidos. A caminhada começa por Londrina (PR) e Campo Grande nos dias 16 e 17, respectivamente, quando o assessor de Assuntos Indígenas do Ministério da Cultura, Marcos Terena, abre o debate sobre "o índio e a Consti-

tuinte", com as comunidades indígenas e a população branca.

Os locais selecionados para a promoção de debates levam em conta a concentração de eleitores indígenas. Após Londrina e Campo Grande, a discussão se estenderá pelos estados do Acre, Rondônia, Amazonas, Território de Roraima e também no Nordeste. O objetivo é estimular as comunidades indígenas para que lancem seus próprios candidatos, aproveitando a sensibilidade dos "caciques políticos" - Ulysses Guimarães (PMDB), Saulo Queiroz (PFL), Leonel Brizola (PDT), a essa participação. Essa abertura política, a nível nacional, exige das lideranças tribais uma definição rápida, já que o prazo de filiação e candidatura se esgota no próximo dia 15 de maio.

Bidjarruri Karajá, reconhecido líder na Ilha do Bananal, conta com o apoio político do senador Henrique Santillo (PMDB-GO) e com respaldo popular das Igrejas protestantes e do meio acadêmico de Goiás. Marcos Terena sairá candidato pelo Distrito Federal, faltando-lhe apenas definir por qual legenda. Tanto pode ser pelo PMDB quanto pelo PDT.

"Os índios não têm muitos triunfos políticos e econômicos junto aos convencionais, mas a nossa participação é séria, sem a finalidade de transformá-la em carreirismo político. Está pautada na luta pela sobrevivência de 200 mil índios, que têm sofrido toda a sorte de perseguição", ressalta Marcos Terena.

O elenco de perseguições a que se refere Marcos Terena começa pela indefinição por parte do Estado das demarcações das terras indígenas. Contudo, os candidatos indígenas não reivindicam um tratamento privilegiado. A luta está direcionada para conquistar um relacionamento de estado para estado. De um lado o governo brasileiro e a sociedade branca e de outro os povos indígenas. Cada um respeitando mutuamente os direitos e as características individuais.

Essa luta não se revela menos difícil do que as batalhas travadas desde a chegada de Cabral às costas brasileiras, quando o índio passou a enfrentar situações mais árduas para se manter vivo.

Conforme Marcos Terena, a

própria indefinição da política indigenista oficial se constitui num obstáculo a ser vencido. "Essa é um pouco mais difícil, porque se tem de romper barreiras preconceituosas que existem até mesmo no Ministério da Cultura", desabafa.

Ainda prevalece o estigma de que o índio é um animal selvagem e preguiçoso. Algumas pessoas do Ministério da Cultura não conseguiram aceitar a existência de uma assessoria indígena, dirigida por índio. Acreditam que o cargo deveria ser ocupado por um antropólogo ou um sociólogo. Mas jamais um índio", lamenta ele.

Essas demonstrações de preconceito, no entendimento de Marcos Terena, deixam claro que o índio, mais uma vez, tem de continuar lutando para conquistar um espaço de maneira sofrida e digna, igualmente aos negros, deficientes e crianças. "A mudança de regime político não levou o governo a abrir um entendimento sério e respeitoso com as minorias, tal como são", afirma ele.

Esse quadro reforça e chega a dar mais ânimo para que ele e Idjarruri Karajá se arremessem na disputa por uma cadeira na Assembléia Nacional Constituinte, visando reverter a situação desfavorável em que se encontra o índio brasileiro, face a discriminação que sofre pelos detentores do poder e por alguns segmentos mais retrógrados da sociedade brasileira.

"O que se nota - exemplifica Marcos Terena - é que existe um tratamento diferenciado para o homem índio e para o índio assessor de Ministro de Estado. Isso tem que ser rompido."

Na condição de assessor do Ministério da Cultura, ele salienta que o órgão não irá solucionar os problemas de todos os índios. Assim, a luta que existe não é por poder, mais sim para a abertura de um novo canal entre o índio e o governo, de forma a possibilitar um entendimento que resulte em resoluções favoráveis aos povos indígenas.

Ele recorda que a partir da instalação do governo da Nova República houve uma mudança considerável na relação Estado e nações indígenas. Com o presidente Tancredo Neves os índios tinham convicção de que dentro de sua cabeça haviam programas definidos para os povos tribais, que não foram possíveis de se conhecer. Mas



as negociações com as lideranças indígenas estavam firmadas e existia a forte expectativa de que substancial parte das necessidades seriam atendidas.

Com a morte de Tancredo Neves, não nasceu nenhum programa viável para os índios. Não se abriu nenhum canal de comunicação entre eles e o governo. A herança deixada é a constante crise que a cada dia fragiliza o órgão responsável pela execução da política indigenista oficial.

Mesmo ocupando um cargo no governo, Marcos Terena nunca foi convidado pelos órgãos oficiais para se manifestar diante das crises que crescem na Funai. Embora essa postura não seja generalizada, pois órgãos como o Ministério da Educação e Conselho de Segurança Nacional buscam a posição da Assessoria de Assuntos Indígenas.

A par das provocações dos órgãos oficiais, a Assessoria tem

tentado se envolver nas questões pertinentes aos índios, que sempre tiveram um estilo de vanguarda nas lutas populares. Mas acidentes de percurso não deixam de acontecer. Recentemente o movimento indígena e seus integrantes foram atropelados pelo novo Estatuto da Funai, que tem como objetivo descentralizar o órgão sediado em Brasília. Até mesmo os componentes do grupo interministerial encarregado de propor a reestruturação da Funai se surpreendeu com a edição do pacote indígena.

"Isso pode representar - analisa Marcos Terena - um retrocesso nas relações entre o Estado e os povos indígenas. E também o esquecimento de um passado recente em que a luta indígena serviu como canal para denunciar as situações opressoras que atingiam os brancos".

"A própria imprensa - prossegue ele - se utilizou do movimento indígena para quebrar os

vetos, vencer a censura e veicular a aflição da classe dominante, oprimida por uma minoria totalitária. Vale lembrar que o ponto alto dessa luta se deu por volta de 1974, na época do milagre econômico e do "pra frente Brasil" durante o governo Geisel".

Hoje, quando os brasileiros dizem que "tem que dar certo" e os povos indígenas são cada vez mais aliados do processo de participação, jogados à margem da sociedade e impedidos de serem "fiscais" dos seus próprios interesses, o mínimo que reivindicam é o direito de assegurarem na Carta Magna as conquistas alcançadas.

Marcos Terena adianta que as principais propostas do movimento indígena são no sentido de que a próxima Constituição Federal não altere o artigo 198 da Carta vigente, que garante aos povos indígenas o direito inalienável de posse e usufruto das terras que ocupam e de to-

das as riquezas que ali existam. Na área educacional, o Estado deve considerar as diferenças culturais a fim de que o índio não perca a sua identidade e propicie um melhor entendimento pela sociedade do mundo indígena. Além disso, que assegure a inviolabilidade das riquezas naturais, permitindo ao índio a administração dos seus bens.

Ele alerta que no momento está em jogo a autodeterminação dos povos indígenas e reclama do Ministério da Cultura uma postura clara e militante em favor dos índios, uma vez que a cultura tribal só será preservada se for assegurado o direito de sobrevivência do homem índio, através da demarcação de seus territórios.

Por problemas técnicos, na reportagem sobre o Dia do Índio, publicada no dia 19 deste mês, não saiu publicado o crédito da ilustração de Paulo Andrade.